

A contribuição da *Revista Brasiliense* para o estabelecimento das ideias econômicas de Heitor Ferreira Lima (1950-1960)

Janaína Fernanda Battahin ¹

Resumo

Esse artigo tem como objetivo apresentar as ideias defendidas por Heitor Ferreira Lima em seus artigos escritos na Revista Brasiliense. Acredita-se na hipótese de que, com essas publicações, o autor amadureceu suas ideias, consolidando uma posição dentro da história econômica. O que se conclui, diante da apresentação de todos os temas abordados na Revista, é que os temas giram em torno de uma questão crucial para Heitor Ferreira Lima: a industrialização. Ao debater o capital estrangeiro, o sistema de transportes e o sistema bancário, buscou evidenciar quais as deficiências de cada setor e possíveis pontos para seus avanços. As articulações desses temas expressam a visão de história do autor pautada na busca de seu sentido, sempre voltando suas discussões para as origens.

Palavras-chave: Heitor Ferreira Lima (1805-1989); Revista Brasiliense (1955-1964); Industrialização; História econômica; História do pensamento econômico.

Abstract

This paper aims to present ideas for Heitor Ferreira Lima in his own articles written in the Revista Brasiliense. It is believed a hypothesis of, with whom the publications, the author matures their ideas, consolidating a position within economic history. What has been concluded, given the presentation of all the topics covered in the Journal, is that the themes were pointed out about a crucial issue for Heitor Ferreira Lima: an industrialization. "In discussing foreign capital, the transport system and the banking system, we have seek to highlight the shortcomings of each sector and the points for its advances. The articulations of these themes express a vision of the author's history in search of its meaning, always returning its discussions to the origins.

Keywords: Heitor Ferreira Lima (1805-1989); Revista Brasiliense (1955-1964); Industrialization; Economic history; History of economic thinking.

Códigos JEL: B22, B24, B30, N01, O1.

1 Introdução

Sempre que nos referimos à história econômica do Brasil nomes como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e tantos outros grandes intérpretes da nossa história e da nossa formação econômica tomam os olhares dos estudiosos desse assunto, fazendo-os recordar de obras memoráveis como *Formação do Brasil Contemporâneo*, *Formação Econômica do Brasil*, *Raízes do Brasil* e *Casa Grande e Senzala*. Autores esses que foram além da época em que viveram e que são clássicos de interpretação nacional e por isso sempre tão atuais. Heitor Ferreira Lima, um nome muitas vezes pouco lembrado, também teve suma importância para a construção de uma história econômica no Brasil. Nascido no interior do Mato Grosso, em 1905, Heitor Ferreira Lima se proclamava marxista e constitui “um exemplo de interpretação da realidade brasileira” entre 1950 e 1960. Ainda jovem, entrou para o Partido Comunista Brasileiro (PCB)², fato que possibilitou sua formação na Escola Leninista de Moscou, na antiga URSS, onde teve seu primeiro contato com Marx, estudou história contemporânea e economia política do capitalismo. Quando regressou ao Brasil, nos anos 1930, iniciou um período de luta pelos ideais do partido, foi

(1) Doutoranda em Economia, Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Mestre em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas.

(2) A partir de agora quando o texto se referir ao partido, utilizar-se-á a sigla PCB.

preso e, posteriormente, passou a ter divergências que resultaram num desencanto da vida militante. A partir de 1940, debruçou-se nos estudos sobre economia, industrialização e história econômica do Brasil. Iniciou então, um período de produção intelectual escrevendo para jornais, revistas e publicando diversas obras. Admirador de Roberto Simonsen, em 1944 ingressou na Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), de onde saiu aposentado em meados dos anos 1970 (Roio, 2014, p. 27-29).

Comparado aos nomes clássicos de intérpretes de sua época, Ferreira Lima não teve a atenção que merecia ao ganhar um posto secundário e um legado teórico sem muito destaque. Sem alcançar uma plena incorporação de suas ideias no pensamento nacional, ficou conhecido com um “intérprete renegado”, segundo Secco e Pericás (2014). Embora não existam estudos destinados a entender o motivo desse desprestígio, autores como Roio (2014, p. 31-32) apontam a ausência de “uma articulação mais elaborada e sistemática” e, além disso, uma noção genérica de indústria, atenção exagerada a técnica de produção e ausência da discussão sobre as relações sociais e dos processos de trabalho, como principais motivadores desse fato (Roio, 2024, p. 28).

Reconhecendo a importância de sua obra e produção e tentando resgatar a importância de Heitor Ferreira Lima, esse trabalho optou pelo recorte que contempla suas publicações na *Revista Brasiliense*. Admite-se como hipótese que a *Revista* foi uma ponte fundamental para o amadurecimento das reflexões do autor, já que a mesma contou com artigos que reconstruíram vários fatores da história, da formação econômica e da indústria nos anos 50 e 60.

A *Revista Brasiliense* foi fundada em 1955, segundo Chaves Netto (1977), como resultado da tese de Caio Prado Júnior, seu membro e colaborador, para a Cátedra de Economia Política da Faculdade de Direito de São Paulo chamada *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. Segundo o *Manifesto de Fundação*, de 1955, a *Revista Brasiliense* reuniu estudiosos “interessados em examinar e debater nossos problemas econômicos, sociais e políticos” na tentativa de propor ideias para superação do “atraso econômico do país” e “melhoria das condições de vida do povo” (Grupo Fundador, 1955). Editada bimestralmente entre setembro e outubro de 1955 e janeiro e fevereiro de 1964, publicou 51 números reunindo “um grupo de intelectuais, expressivos, alguns menos conhecidos”, além de nomes que “se projetariam nas décadas seguintes, cuja produção não passou ao largo das transformações que vincaram a realidade brasileira no pós-guerra” (Giovannetti Netto, 1998).

Reuniu desde figuras como Caio Prado Júnior, Elias Chaves Neto, Paulo Alves Pinto, Carlos Tamangi, até nomes que conflitaram no PCB – devido a problemas com a direção do partido –, como Heitor Ferreira Lima e Octávio Brandão. Apesar da “consulta da lista de colaboradores revelar uma nítida predominância de pessoas vinculadas ao PCB”, a *Revista* teve ideias desvinculadas do partido (Limongi, 1987, p. 1).

Consideramos nesse artigo, o argumento de Limongi de que a “revista não é órgão oficial e tampouco é veículo de uma facção interna com pretensões de conquistar o poder” (Limongi, 1987, p. 1). A própria *Revista* afirmou que não tinha qualquer laço com o mundo político e defendeu que havia “erros das forças nacionalista e suas alianças espúrias”. Condenava, inclusive, o “falso populismo” afirmando que romper com as figuras do personalismo populista “era tão essencial quanto romper a dominância das forças conservadoras no Congresso” (Prado Júnior, 1960). Embora sem qualquer ligação política e partidária, a *Brasiliense* representou o pensamento intelectual de uma época importante para o país marcada pelos debates sobre o desenvolvimento nacional, industrialização, projetos de nação, superação do atraso colonial, dentre outros temas, tornando-se um produto do contexto em que se inseria.

O artigo conta com três partes. A primeira consiste nesta breve introdução. Posteriormente, apresenta-se as publicações de Heitor Ferreira Lima na *Revista Brasiliense* dividido em temas: industrialização, capitais estrangeiros, sistema de transporte, sistema bancários, questão social e questão regional. A terceira e última parte apresenta uma breve conclusão.

2 As publicações de Heitor Ferreira Lima na *Revista Brasiliense*

Heitor Ferreira Lima foi um escritor assíduo da *Revista Brasiliense* – dos 775 artigos e notas publicados nos 50 números entre 1955 e 1964, publicou um total de 24 textos, fazendo-se presente em quase todos os números do periódico. Ele ficou atrás apenas de Caio Prado Júnior e Elias Chaves Neto (Limongi, 1987, p. 4). Quando nos indagamos sobre quais foram os temas candentes de Heitor Ferreira Lima na *Revista* nos quase dez anos de sua existência, nos deparamos com dois assuntos que foram destaque e que dominaram a maioria de suas publicações: a industrialização e o movimento de capitais estrangeiros. Vale destacar que o debate principal em torno desses dois temas foi o nacionalista; debate esse que moveu as páginas da *Brasiliense*. O Quadro 1 elucida ainda melhor essa afirmação, vejamos:

Quadro 1
Artigos de Heitor Ferreira Lima na *Revista Brasiliense*

Volume	Ano	Título
1	1955	Capitais nacionais e investimentos estrangeiros
2	1955	Os primeiros empréstimos externos
3	1956	Balanço da Industrialização Brasileira
4	1956	Capitais Europeus no Brasil
5	1956	Fatores Positivos e negativos da evolução da economia brasileira
7	1956	O primeiro banco do Brasil
8	1956	Notas sobre a estrutura bancária brasileira
10	1957	O comércio Brasileiro no tempo de D. João VI
11	1957	Produção e necessidade de matérias-primas
13	1957	Indústria automobilística no Brasil
14	1957	Primórdios da Siderurgia no Brasil
16	1958	Instrução 113 e “Royalties”
17	1958	Problemas do Nordeste
19	1958	Capitais Estrangeiros e interesse nacional
24	1959	Euclides da Cunha e Castro Alves
28	1960	Panorama bancário nacional
30	1960	O aspecto financeiro da previdência social
31	1960	Um quinquênio de expansão industrial
32	1960	Amparo à pequena e média indústria
33	1961	Marinha mercante e construção naval
34	1961	Soluções para os problemas do Nordeste
37	1961	Ferrovias no Brasil
41	1962	Manufaturas e atividades artesanais no tempo de D. João VI
43	1962	Fatores materiais e ideológicos da Proclamação da República

Fonte: Elaboração própria (2017).

Encontrar a industrialização como tema corriqueiro nos artigos de Ferreira Lima para a *Revista Brasiliense* não gerou nenhuma surpresa, já que estamos nos referindo a um autor que manteve seu interesse “voltado para as origens e o desenvolvimento da indústria no Brasil” durante toda sua trajetória (Roio, 2014, p. 31). Acredita-se na hipótese de que, com essas publicações, o autor amadureceu suas ideias; prova disso foi o 33º número da *Revista*, de 1961, que defendeu a formação de técnicos e de um corpo de pesquisadores para estudar a nossa realidade e impulsionar o desenvolvimento. Nesse artigo, imperou a ideia de que somente por meio da formação de pesquisadores na “ciência e na técnica” se poderia alcançar o desenvolvimento econômico e lutar contra o subdesenvolvimento e a dependência econômica (Grupo Revista Brasiliense, 1961, p. 101-102), preocupação essa, em voga entre os vários intelectuais brasileiro desde o Governo Dutra e consolidada através da criação de grupos de estudo e pesquisa como a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e o Grupo Misto Cepal-BNDE, dentre outros.

Essa ideia se expressa nas obras de Ferreira Lima na medida em que, acreditando num progresso via industrialização nacional e em sua efetivação, elaborou obras que propiciaram um estudo e o conhecimento da história³. Disso surgiu sua defesa para a realização de uma síntese histórica nacional que deveria ser realizada para a compreensão do passado e dos erros nele cometidos como uma forma de auxílio aos implementadores do progresso⁴. A *Revista Brasiliense*, ao propor examinar e debater os principais problemas econômicos, contribuiu muito para esse processo de estudo e construção do passado nacional. Muitos de seus artigos, inclusive, abordaram o processo de construção do Brasil desde sua origem: o primeiro Banco do Brasil, o desenvolvimento do setor industrial, a vinda de D. João VI, dentre outros temas. Ferreira Lima pode, dessa forma, colocar em prática as ideias que defendeu ao fazer parte do corpo de colaboradores da *Brasiliense*.

2.1 Industrialização

A industrialização foi um tema candente e de suma importância nos artigos de Ferreira Lima na *Revista Brasiliense*. Isso não foi reflexo somente do contexto histórico no qual se inseria, no qual o Plano de Metas⁵ se desenvolveu como tentativa de transformação da estrutura econômica nacional através da “criação da indústria de base e reformulação das condições reais de interdependência com o capitalismo mundial” (Ianni, 1971, p. 150). Foi reflexo, também, da intimidade e conhecimento amplo do assunto pelo autor devido sua função de jornalista e assessor da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

(3) “Além disso, olhando para o passado com argúcia e imparcialidade, nele vamos encontrar muitas experiências proveitosas, positivas ou negativas, que nos podem servir de lição modernamente, repetindo-a ou repelindo-a, conforme o caso, ou melhorando-a para nos ajudar a encontrar a solução de vários problemas que nos preocupam atualmente” (Lima, 1954, p. 10-11).

(4) Essa ideia apareceu pela primeira vez na obra *Formação Industrial do Brasil* de 1961: “É necessário, por conseguinte, estimular por todos os meios, os trabalhos que visam o estudo da História Econômica, pela importância que representa. Nesse sentido podem prestar ajuda de enorme relevância as entidades das classes patronais, as fundações e mesmo as grandes empresas, por meio de organizações que já possuem ou por outras que sejam criadas com essa finalidade. Seria altamente meritório, além disso, se os governos (federal, estaduais e municipais) se dedicassem também a esse objetivo, mandando elaborar, através de órgãos técnicos e do pessoal competente que possuem, estudos de História Econômica regional, estadual, municipal ou simplesmente de algum produto que no passado ou no presente tenha certa magnitude” (Lima, 1961, p. 6).

(5) Destacavam-se dois objetivos gerais: “a) abolir pontos de estrangulamento da economia, por meio de investimentos infra-estruturais, a cargo do Estado, pois que esses investimentos não atrairiam o setor privado; b) expandir a indústria de base, como a automobilística, indústria pesada e de material elétrico pesado, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros” (Ianni, 1971, p. 153).

Ferreira Lima, assim como os grandes intelectuais desse período, reconheceu a necessidade da industrialização no país. Em *Balanço da Industrialização Brasileira*, de 1956, esboçou um panorama sobre a evolução manufatureira no país. Ressaltou as realizações e os projetos para a segunda fase industrial – indústria pesada –, bem como suas consequências sociais e econômicas. A industrialização, para Heitor Ferreira Lima, foi idealizada por “antepassados ilustres” como Mauá, Roberto Simonsen e Rui Barbosa que confirmaram a necessidade de apoio a esse processo e implantação e disseminação industrial, caso contrário, fortaleceríamos o aspecto colonial e as nações estrangeiras.

Segundo Heitor Ferreira Lima no Brasil, a industrialização pode ser dividida em duas fases: a fase da indústria leve (1850-1950) e a fase da indústria pesada (a partir de 1950). A primeira fase teve início com os empreendimentos de Mauá em meados do século XIX, desenvolveu-se na época do Encilhamento e nos anos da Primeira Guerra Mundial, consolidando-se no período da Segunda Guerra Mundial. Durante o período que abrange o decênio de 1940 e 1950 e os anos da segunda guerra mundial – e anos posteriores –, “terminaríamos, pode-se dizer, a instalação do parque manufatureiro de consumo direto, ou indústria leve”; e no “decorrer do último conflito internacional conseguimos mesmo exportar para o exterior produtos manufaturados” (Lima, 1956a, p. 115-120).

Referente à segunda fase, iniciada em 1950⁶, o autor realizou um panorama abarcando o desenvolvimento das principais indústrias como a metalúrgica, de transporte, química, de álcalis, de petróleo, de material elétrico e de mecânica pesada. O desenvolvimento da indústria pesada gerou frutos positivos como: reforço do potencial econômico, domínio de técnica avançada, aumento do proletariado, reforço do mercado interno, modificações do intercâmbio de comércio exterior reduzindo importações. Como consequências desse desenvolvimento surgiram a necessidade de ampliação e melhoramento do ensino técnico profissional, a necessidade da mecanização e industrialização da agricultura, o aumento inevitável da classe capitalista que passou a buscar uma ativa participação no destino nacional aumentando privilégios e concessões. Heitor Ferreira Lima admitiu a importância crucial do processo de industrialização no combate ao colonialismo gerador de miséria e atraso do país (Lima, 1956a, p. 120-131).

Embora evidencie passos rumo à efetivação de um processo industrial completo, Ferreira Lima reconheceu que o retardo industrial foi um dos fatores negativos mais importantes na evolução da economia brasileira. O desenvolvimento desigual e desequilibrado dos ciclos monocultores marcou o caráter colonial e dependente do país. A produção manufatureira sempre fora menosprezada e a criação de um mercado interno de manufaturas que concorresse com a indústria inglesa foi praticamente impossível (Lima, 1956c, p. 62-84).

Para Ferreira Lima, o caráter dependente do Brasil sempre existiu. Num primeiro momento, uma dependência devida à posição colonial (séculos XVI ao XVIII) e, posteriormente, uma dependência imperialista (a partir do século XIX). O Brasil constituiu-se como produtor de matérias-primas, gêneros alimentícios e importador de manufaturas, sobrevivendo de práticas monocultoras de produtos de grande projeção no mercado externo; por esse motivo, não podendo contar com nenhuma prática protecionista que auxiliasse na defesa dos interesses internos (Lima, 1956c, p. 81-85).

(6) Estava em plena ascensão quando o autor escreveu o artigo em 1956.

Atento à importância da industrialização e dos reflexos da posição colonial nesse processo, dedicou numerosos artigos para discutir a fundo seu processo e evolução. Na tentativa de conhecer os problemas que permearam nosso atraso industrial, desde o seu início da nossa colonização, escreveu, em 1966, *Manufaturas e atividades artesanais no tempo de D. João VI* em que realizou um levantamento sobre as principais manifestações manufatureiras do período, enfatizando o caráter limitado dessas atividades que se resumiram a uma ação doméstica e local.

O comércio dessa época, por sua vez, sofreu influência da vinda da família real portuguesa para o Brasil e da abertura dos portos para o comércio mundial. Referente ao comércio interno, os centros concentravam-se nas cidades litorâneas, pois o intercâmbio de produtos se dava por navegação marítima, transporte fluvial nos rios e, no interior, por meio de burros e mulas. O dinheiro era escasso e circulava mais nessas cidades litorâneas, limitando as compras ao estritamente necessário para a alimentação, vestuários e produção. Já o comércio exterior era limitado devido à existência de um mercado interno de consumo pequeno e restrito⁷, consistindo em importações de artigos de luxo/supérfluos para os membros mais afortunados da corte. O comércio externo e interno revelou muito sobre o caráter colonial de nossa economia, como apontado em um trecho do artigo *O Comércio Brasileiro no Tempo de D. João VI* de 1957

Pelos tipos de produtos de nossa importação, que expusemos antes, e os da nossa exportação, se pode verificar claramente que éramos um país de economia colonial típica, pois enquanto adquiríamos no exterior artigos manufaturados, máquinas, ferramentas, etc., vendíamos matérias-primas, como algodão, café e gêneros alimentícios como arroz, açúcar, etc., ou produtos extrativos, como ouro e diamantes. A nossa produção, portanto, se limitava a artigos agrícolas de alimentação e matérias-primas de extração mineral (Lima, 1957a, p. 184).

Esse artigo expôs com clareza a opinião de Heitor Ferreira Lima referente ao impacto dos interesses portugueses no processo industrial brasileiro. Segundo o autor, existiu uma “falta de genuína reciprocidade” em todos os terrenos, “sendo mais precisos no Brasil os artigos manufaturados ingleses do que à Inglaterra as matérias-primas brasileiras” (Lima, 1957a, p. 196). A subordinação aos interesses portugueses e a abertura de mercado às manufaturas inglesas com tarifas privilegiadas tornaram difícil a formação de industriais locais. Além do mais, sofríamos com tratados que só nos prejudicavam e com o déficit da balança comercial, resultante das importações em larga escala e a falta de recursos para arcar com essas despesas. Observou-se, assim, que “as desigualdades eram flagrantes e frequentes, desigualdades essas decorrentes da posição em que se achavam os dois países e da diversidade que os caracterizava” (Lima, 1957a, p. 195).

Esses fatores evidenciam que a expansão da industrialização no Brasil foi tolhida desde o período colonial, com os tratados de comércio que impossibilitaram qualquer avanço nacional. Em *Primórdios da Siderurgia no Brasil*, Ferreira Lima afirmou que o alvará de D. Maria I, de 1785, proibiu a existência de fábricas no Brasil – com exceção das de panos e vestimentas para escravos –, evitando, desse modo, o desvio da atenção e atividades da mineração do ouro. Mesmo com o alvará de 1808 que revogou o de 1785, e declarou liberdade à indústria, não houve grandes mudanças devido o Tratado de Comércio com a Inglaterra⁸, o qual possuía um parque industrial organizado e adiantado,

(7) População composta por consumidores de baixo nível (1/3 de escravos, 1/3 de pobres).

(8) Esse Tratado abriu “nosso mercado à produção manufatureira britânica, em pleno apogeu de seu desenvolvimento” resultando, assim, na inundação das cidades brasileiras com artigos de consumo diversos vindos da Inglaterra (Lima, 1957c, p. 9).

tornando impossível qualquer concorrência nacional. Além disso, a Inglaterra gozava de vantagens alfandegárias e uma forte frota mercante, dominando, assim, as rotas marítimas. A produção industrial se limitou a determinados ramos, como a siderurgia, a construção naval, a pequenas manufaturas e a atividades artesanais locais (Lima, 1957d, p. 9-10).

Heitor Ferreira Lima fez questão de ressaltar também que as atividades desenvolvidas no período colonial estavam ligadas estritamente aos interesses portugueses. O artigo *Primórdios da Siderurgia no Brasil* deixa essa questão clara ao evidenciar que a atenção à siderurgia no Brasil se deu quando D. João VI assumiu o lugar de sua mãe, D. Maria I, com o interesse único na mineração do ouro, atividade de interesse primordial na época e dependente do ferro para ser explorada (Lima, 1957d, p. 10).

O modo como se refere aos Tratados de 1810⁹, inclusive, reforça essa ideia, pois afirmou que o essencial de toda essa discussão sobre comércio na época de D. João VI foi a lição de que “tratados dessa natureza, embora sob formas diversas, não se repitam, para que não tenhamos, no futuro, de lamentar erros cometidos agora e nossos filhos não tenham que macular nossas memórias maldizendo atos lesivos cometidos pela presente geração” (Lima, 1957a, p. 198).

Essa atenção que Ferreira Lima deu a reconstituição do período colonial pode ser encarada como uma tentativa de apresentar ao leitor todos os acontecimentos que impossibilitaram qualquer tipo de avanço nacional, já que todas as realizações, acordos e tratados buscaram satisfazer aos interesses externos e alheios ao nosso país. Dessa forma, o autor apresentou-os com o intuito de que essas atitudes não fossem aceitas novamente no presente. Deveríamos tomar consciência dos danos causados no passado, evitando, assim, que os mesmos erros se repetissem.

Mas não foi somente à reconstituição do período colonial que o autor se dedicou. Além de tentar compreender os reflexos do caráter colonial no atraso do processo de industrialização do país, realizou, também, uma tentativa de esmiuçar o panorama da indústria pesada, segundo o autor, iniciado em 1950. Fazia, dessa forma, uma leitura do passado e do presente visando apresentar ao leitor os problemas pelos quais o país passou, e ainda passava, na tentativa de encontrar soluções para a consolidação do desenvolvimento e superação do atraso.

Em *Indústria automobilística no Brasil*, afirmou que, com a evolução econômica, com a expansão demográfica e com formação de centros comerciais iniciada nos anos 1930, vários elementos foram decisivos para a implantação da indústria automobilística no país: adoção de uma política rodoviária em detrimento das ferrovias e navegação; construção de grandes trechos de rodagem pelo país inteiro; intensificação do uso de veículos motorizados; relevante escambo interestadual através do transporte rodoviário; industrialização com a criação de siderúrgicas;

(9) “Esses tratados eram em número de três: um de aliança e amizade, outro de comércio e navegação e uma convenção para o estabelecimento de paquetes entre Portugal e a Grã-Bretanha [...] por eles, além de redução das tarifas aduaneiras, como privilégio especial para a Grã-Bretanha e do estabelecimento de uma linha mensal regular de navegação entre os domínios de Portugal e Grã-Bretanha [...] os súditos das duas nações aliadas podia negociar, viajar, residir ou estabelecer-se nos portos, cidades, vilas ou lugares dos Estados respectivos; assegurava-se reciprocamente, às duas potências, o tratamento de nação mais favorecida; eram os tratados declarados ilimitados em sua duração, sendo as obrigações e condições nele estabelecidas consideradas perpétuas, não podendo ser alteradas mesmo no caso do Príncipe Regente ou seus herdeiros estabelecerem novamente a sede da monarquia na Europa, só podendo ser revistos e modificados por aprazimento mútuo e decorrido quinze anos de sua vigência” (Lima, 1957a, p. 191).

produção de pneus e câmaras de ar; e surgimento da indústria de autopeças¹⁰. A necessidade de veículos e combustíveis passou a ser cada vez maior com o crescimento da importância do transporte rodoviário nas atividades econômicas (Lima, 1957c, p. 56-77).

Assim, apresentou o panorama do início da indústria automobilística no país com o intuito de evidenciar que o Brasil não se beneficiou muito do desenvolvimento desse setor. Isso porque, além das indústrias, em 1957, se limitaram apenas a veículos de pequeno porte, o capital que deu forma a essas empresas – e às que ainda se constituíram – eram de procedência estrangeira e resultaram no envio de vultosas remessas de lucros para o exterior em forma de amortizações e dividendos. O reflexo disso no balanço de pagamentos foi negativo, já que a única parte que permaneceu no Brasil foi referente a salários, impostos e pagamento de matéria-prima nacional consumida. Os lucros foram todos encaminhados para o exterior. Porém, isso não ocorreu somente na indústria automobilística, mas, também, em outros empreendimentos que se consolidaram no país, levantando problemas mais amplos ligados à política de investimentos estrangeiros no Brasil (Lima, 1957c, p. 75-77).

Além disso, outro fator que contribuiu para os resultados negativos do balanço de pagamentos foi o aumento das importações¹¹ de matérias-primas, as quais tinham papel fundamental na balança comercial e exigiam vultosas quantidades de divisas, gerando rubricas onerosas de aquisições no exterior. Embora considerado um país abundante nesse quesito, nossa exploração insuficiente de matérias-primas gerou a necessidade, principalmente nos anos 50 – ano em que o desenvolvimento industrial se encontrava a pleno vapor –, de importarmos as matérias-primas necessárias à nossa produção. A produção de matérias-primas para a fabricação de produtos ainda era insuficiente para assegurar uma produção industrial nacional e a libertação do mercado internacional (Lima, 1960d, p. 19-33).

Outro problema em relação à industrialização do país foi a falta de amparo à pequena e médias indústrias, representantes da maior parte do parque industrial brasileiro. Em *Amparo à pequena e média indústria*, de 1960, Ferreira Lima afirmou que “o sentido da industrialização brasileira deveria obedecer a uma harmonização de grande, média e pequena indústria”, pois elas restringiam os monopólios e oligopólios forçando a competição, fator crucial para o desenvolvimento e evolução industrial. A política econômica e os investimentos estrangeiros nos anos 1960 foram orientados para os setores da grande indústria como usinas hidrelétricas, enormes siderúrgicas, instalação de indústrias automobilísticas, de álcalis, química, pesada etc. (Lima, 1960d, p. 21-24).

As principais reivindicações das pequenas e médias empresas no Brasil, naquele período, consistiram na necessidade de crédito; nas dificuldades e formalidades burocráticas; na centralização

(10) Segundo Heitor Ferreira Lima, em *A indústria automobilística no Brasil*, de 1957, a dificuldade de importação da última guerra fez com que o país começasse a fabricar peças para reparo dos automóveis, caminhões e demais transportes. Com o passar dos anos, isso foi aumentando e tornou-se um novo ramo de atividade industrial – indústria de autopeças. Mesmo com o fim da guerra, essa indústria permaneceu utilizando um grande número de peças nacionais, contribuindo para a poupança de divisas; pois consumiu matéria-prima nacional e ocupou considerável massa trabalhadora, fazendo com que o governo baixasse instruções que obrigassem o uso de uma porcentagem de peças nacionais na fabricação de veículos no país e que criasse um aumento da oneração de importação de veículos. O resultado foi a participação de elementos nacionais numa porcentagem de 70 a 80% total dos veículos motorizados. Disso surgiu o interesse das firmas estrangeiras começarem a atuar nesse setor por meio de participações e *royalties*, recebendo equipamentos do exterior sob a forma de importação sem cobertura cambial. Percebendo a ameaça, o *Grupo Executivo da Indústria Automobilística* baixou instruções para nacionalização gradativa da fabricação de veículos e motos com peças produzidas no país.

(11) Heitor Ferreira Lima aborda as principais matérias-primas importadas: trigo, borracha, celulose, cimento, álcalis, ferro e manganês, carvão, enxofre e metais não-ferrosos.

das operações; nos prazos curtos e juros altos; na necessidade de renovação de equipamentos e instalações impossibilitadas pela dificuldade de financiamento; na busca por uma participação maior nas exportações; na dificuldade nos transportes; na dificuldade em adotar métodos racionais de trabalho; dentre outros. O ponto crucial, e que vale ser ressaltado nessa discussão, foi o de que Ferreira Lima defendeu a industrialização que representasse interesses nacionais afirmando que “as grandes empresas estavam representando, em sua maioria, as firmas de origem alienígena”, deixando de lado as pequenas e médias indústrias “constituídas por capitais nacionais (Lima, 1960d, p. 24).

Em 1961, Heitor Ferreira Lima resenhou em *Um quinquênio de expansão industrial*; a expansão industrial dos primeiros cinco anos da existência da *Revista Brasiliense*. Apresentou a evolução de alguns setores da indústria de base e infraestrutura, que caracterizaram o período que se propôs a analisar, como as indústrias de petróleo, máquinas, automobilismo, siderurgia, celulose, cimento, álcalis, metais não-ferrosos; evidenciando a modificação estrutural do parque industrial nacional voltado à fabricação de bens de produção. Abordou, também, as três principais realizações da época: a construção de Brasília, que possibilitaria a “interiorização” da economia “alargando as fronteiras econômicas”, a abertura de imensas rodovias ligando pontos extremos do país e a Operação Nordeste que objetivou o reerguimento dessa região do país na busca de um avanço de todas as regiões do país (Lima, 1960c, p. 4-24).

Essas realizações geraram consequências de caráter econômico e social. Primeiramente, ocasionou um reforço geral da estrutura econômica por meio de um maior volume e variedade da produção industrial, incluindo artigos que antes não fabricávamos ou que produzíamos em quantidade insuficiente. Reforçou, também, a estrutura econômica nacional gerando um crescimento da riqueza do país expressos pelo aumento da renda nacional e da renda *per capita*. O desenvolvimento de setores industriais, até então insuficientes, exigiram um avanço tecnológico para consolidação de uma mão-de-obra especializada “criando fatores próprios para o nosso impulso, fazendo com que o avanço interno não dependesse mais de circunstâncias externas, como no passado” (Lima, 1960c, p. 24).

Ferreira Lima considerou esse período de expansão industrial como positivo, pois passamos a satisfazer “nossas necessidades com produtos fabricados aqui mesmo” utilizando “de modo crescente as matérias-primas e outras fontes nacionais de riqueza, ao mesmo tempo que vamos aproveitando e ampliando em maior escala a capacidade técnica brasileira, elevando-lhe o seu padrão a níveis antes nunca atingidos” (Lima, 1960c, p. 23). Porém, reconheceu um fator que impediu esse processo de ser uma conquista ampla e consolidada ao afirmar que nossos passos em direção a independência econômica foram atenuados pelos investimentos e capitais estrangeiros. O maior problema desses avanços foi o fato de se desenvolverem à sombra de interesses externos e sob seu apoio. O desenvolvimento dos ramos industriais citados contou com empresas estrangeiras instaladas no país atraindo enormes fontes de capital estrangeiro. Os dados evidenciaram vultosos volumes de capitais que entraram no país entre 1955 e 1959, concentrando a maioria dos investimentos aos setores de máquinas e automóveis. As implicações desse movimento de capitais, sem qualquer limite ou ordem, foram negativas; já que impulsionou o domínio de interesses estrangeiros nos diversos setores industriais nacionais e um ônus cada vez maior para o nosso balanço de pagamentos – déficit crescente devido retorno que as aplicações exigem em forma de remessas de amortizações, dividendos, *royalties*, etc. (Lima, 1960c, p. 15-19).

Embora Ferreira Lima tenha reconhecido a expansão de vários setores ocasionada pelo Plano de Metas¹², seus artigos mostraram sua consciência de que o processo de industrialização do governo de Juscelino foi sufocado pelo reforço da dependência. Mesmo com os bons resultados da substituição de importações, não conquistamos uma emancipação econômica ou uma economia autossustentada (Ianni, 1971, p. 163). Realizou-se uma industrialização de caráter contraditório, na qual promoveu-se a substituição de importações e, ao mesmo tempo, novas exigências dessas importações (máquinas, equipamentos, matérias-primas, etc., para efetivação de novos empreendimentos). O conceito de substituição de importações “não mostrava como a instalação de empresas industriais (nacionais ou estrangeiras), a associação de empresas brasileiras ou estrangeiras ou absorção de médias e grandes unidades por grandes empresas multinacionais criava novas exigências, nas relações externas”. Quanto mais a empresa se desenvolvia e dependia da entrada de tecnologias mais complexas, maiores eram as necessidades no setor externo (Ianni, 1981, p.168). Assim, Heitor Ferreira Lima defendeu que a industrialização e a alocação de recursos estrangeiros fossem guiadas pelos interesses da nação.

Portanto, a ênfase de Heitor Ferreira Lima na produção e comercialização no âmbito da colônia tinha como intuito maior estudar a origem e o desenvolvimento da indústria, portanto do capitalismo, no Brasil (Roio, 2014, p. 31). Ao empregar o termo indústria para se referir às atividades coloniais, o autor se arriscou no intuito de evidenciar o incremento que aos poucos a indústria adquiriu desde o Brasil colonial. Talvez seja interessante pensar no autor como um pioneiro no trabalho de sistematização da evolução industrial. Naquela época – anos 1950 e 1960 –, ainda era incompleto um estudo sistemático do desenvolvimento de um dos setores mais importantes da economia. A obra de Heitor Ferreira Lima significou um marco na escrita da história industrial brasileira. A justificativa para se debruçar sob este tipo de trabalho abarca a importância da história econômica para a construção de respostas para questões que exigiam, e ainda exigem, soluções¹³.

2.2 Capital estrangeiro

Em meio ao cenário de instabilidade política e econômica, Heitor Ferreira Lima publicou seus dois primeiros artigos na *Revista Brasiliense*, ambos sobre um debate primordial na época: o capital estrangeiro. O debate sobre o capital estrangeiro estava diretamente relacionado à industrialização; já que, para que as metas do programa governamental do período Juscelino fossem executadas, precisava-se manter as condições para que o fluxo de capitais e tecnologias estrangeiros continuassem (Ianni, 1971, p. 167). No primeiro artigo, *Capitais nacionais e investimentos estrangeiros*, assumiu que os capitais e investimentos estrangeiros eram cruciais para o nosso desenvolvimento e consolidação industrial e que essa opinião era quase que unânime. Necessitávamos de uma base financeira sólida para consolidação e realização da expansão manufatureira da nova estrutura industrial que surgia. Desse modo, uma industrialização em larga escala exigiu fundos que só conseguiriam ser captados por meio da criação de um mercado especializado para atender a demanda por financiamento (Lima, 1955, p. 129-149).

(12) Criaram-se “setores industriais novos” e expandiram-se e modernizaram-se outros mais, eliminando pontos de estrangulamento e acelerando o desenvolvimento integrado do setor industrial (Ianni, 1971, p. 154-158).

(13) Em 1961, Heitor Ferreira Lima publicou *Evolução Industrial de São Paulo*, livro que reúne todo o material que dispunha e já vinha sendo publicado nos anos anteriores em revistas e jornais.

Porém, Ferreira Lima não deixou de reconhecer os reflexos negativos que causavam no Balanço de Pagamentos e que o problema estava na forma e destino desses recursos (Lima, 1955a, p. 137).

E na medida em que esse processo de industrialização progride, acentua-se a necessidade de uma sólida base financeira para a expansão manufatureira. Surge desse modo o problema dos capitais e investimentos, pois, a industrialização em larga escala exige enormes fundos, não sendo mais suficientes os métodos até então empregados, constituídos quase sempre de mobilizações restritas, sob o controle de empresas de cunho familiar e de pequenas dimensões. Esse fato impõe a tarefa da criação de um mercado especializado, capaz de atender a essa demanda potencial de financiamento, que requer somas vultosas, sob a forma de capital fixo. [...] (Lima, 1955a, p. 129).

Antes da Primeira Guerra, os investimentos que predominavam no Brasil eram ingleses. Com o advento da Segunda Guerra, as inversões inglesas que se limitaram em sua maioria em transportes e serviços públicos declinaram dando lugar às inversões norte-americanas que se dedicaram à mineração, comércio, agricultura e indústria. Esse movimento de capitais norte-americanos para o Brasil, embora tenha permitido um avanço industrial, já em 1954 apresentou um vultoso déficit demonstrando que “entre nós há maior saída do que entrada de capitais estrangeiros”. Isso foi um reflexo da enorme quantidade de remessas enviadas ao exterior sob forma de repartições, amortizações, serviços financeiros e juros (Lima, 1955a, p. 130-135).

Tendo em vista os problemas causados pelos investimentos estrangeiros, considerou, também, a importância do capital nacional no processo de desenvolvimento econômico. Prova disso foi o fato da “participação do capital estrangeiro, que era quase de 50% em relação ao total do novo capital de 1953, baixou para 33% em 1954, denotando isso a crescente importância que o capital nacional estava adquirindo nos investimentos entre nós”, mesmo com a política de restrições de crédito executada pelo ex-ministro da Fazenda, Eugenio Gudín (Lima, 1955a, p. 142). Percebe-se sua contrariedade em relação à política cambial contracionista de Gudín, já que assumia que o capital nacional era necessário para que o país caminhasse.

Desse modo, Ferreira Lima reconheceu tanto a importância do capital nacional como a dos capitais estrangeiros e abordou a necessidade de política nacional de investimentos na tentativa de orientar a melhor utilização dos movimentos desses capitais. Essa política preconizou planejamento econômico¹⁴, um *fundings* das dívidas externas¹⁵, a restrição às importações¹⁶, o incentivo às exportações¹⁷ e a entrada de investimentos estrangeiros¹⁸ para satisfazer interesses do país. Essa proposta de política evidenciou que o autor se mostrou a favor do Estado como regulador de medidas, provendo a defesa dos interesses nacionais e a perspectiva progressista de incentivo à industrialização.

(14) O planejamento é uma técnica que não exclui os empreendimentos privados, mas cria condições favoráveis para o mesmo. Assegura, também, a sobrevivência das instituições, das empresas, maior controle sobre trusts e melhor utilização da propriedade privada em prol à coletividade (Lima, 1955a, p. 143-146).

(15) Necessidade de um *fundings* das dívidas externas, especialmente dos atrasos comerciais, principalmente, de modo a transformá-los em dívidas de longo prazo, desafogar o Balanço de Pagamentos e reduzir seu serviço (que absorvia 17% das receitas cambiais). Com isso, ter-se-ia uma “utilização mais adequada das divisas e alívio da balança de comércio exterior” (Lima, 1955a, p. 147).

(16) Eliminar mercadorias suntuárias ou supérfluas e outras.

(17) Buscar outros produtos para compensar a perda do café e intensificar comércio com outros países.

(18) Investimentos americanos para “planos de governo para governo” como para Comissão Mista Brasil- EUA (reaparelhamento das estradas de ferro, reaparelhamento dos portos e da frota de cabotagem, energia elétrica, construção de silo e armazéns, de frigoríficos, etc.) (Lima, 1955a, p. 147).

Em relação aos empréstimos estrangeiros, escreveu *Os primeiros empréstimos externos*, no bimestre de novembro/dezembro de 1955. Para Ferreira Lima, o Brasil deu um passo em direção à independência política em conjunto com o início da dependência econômica. Ao analisar o período do Império e das duas Regências, destacou que as expressivas remessas de empréstimos geraram uma crise política, econômica e financeira. Isso porque o autor, por meio da discussão dos danos causados pelos nossos primeiros empréstimos tomados de maneira desorientada, queria evidenciar os cuidados que deveriam ser tomados em relação ao capital estrangeiro (Lima, 1955b, p. 108-131). Esse artigo foi publicado num período em que o Brasil acabara de eleger Juscelino Kubitschek para presidência – em outubro daquele ano. O candidato vencedor foi dono de um discurso desenvolvimentista que propunha um Plano Nacional de Desenvolvimento com o auxílio do capital estrangeiro (Malan, 1995, p. 78). Talvez, Ferreira Lima procurasse através de seus escritos orientar a forma como o Estado deveria tomar esse tipo de capitais, atentando-os dos erros do passado.

Esse tema voltou em um artigo de 1956 intitulado *Capitais europeus no Brasil*, no qual lançou novamente um panorama sobre o movimento dos capitais europeus no Brasil. Como já enunciado anteriormente, os investimentos europeus diminuíram após a Segunda Guerra dando espaço ao crescimento norte-americano nesse quesito. Os norte-americanos encontraram na América Latina uma oportunidade de conquista de mercados. Naquele momento, o Brasil vinha passando por muitas mudanças, fortalecendo-se no ramo industrial no período das guerras e fortalecendo sua relação com os Estados Unidos. Dessa forma, os artigos de maiores necessidades, como combustíveis, equipamentos e veículos, eram provenientes das importações norte-americanas. Essa fase resultou numa nova orientação dos investimentos europeus no Brasil que passaram a colaborar com o envio de remessas de equipamentos e fábricas inteiras (nova orientação dos investimentos europeus no Brasil). Vivíamos na década de 1950 um momento de competição entre o capital europeu e norte-americano. Ferreira Lima demonstrou esperança em relação a essa competição acreditando que poderíamos tirar proveitos dela no “caminho do engrandecimento econômico, no aumento da riqueza nacional e do bem-estar do povo” (Lima, 1956b, p. 63-64).

Esses artigos demonstraram que Ferreira Lima reconheceu o importante papel dos capitais estrangeiros para o nosso progresso. Porém, essa ideia só se tornou completa em *Capitais estrangeiros e interesse nacional*, de 1958, quando debateu mais a fundo uma questão fundamental: o conflito de interesses entre países inversores de capitais e os países recebedores desses capitais. Olhando para a situação do Brasil, defendeu o uso de capitais provenientes da poupança interna e admitiu que era necessária a criação de um *Código de Investimentos* na tentativa de barrar o abuso cometido pelo capital estrangeiro que já havia tomado os setores mais importantes do país, comprometendo o desenvolvimento das empresas nacionais ao implantar filiais que remetiam ao exterior juros, amortizações, remuneração de patentes e *royalties*. Defendeu a ideia de “pleitear os investimentos em forma de empréstimos, como modo mais convincente aos nossos interesses” na tentativa de romper com o abuso das empresas estrangeiras. Somente quando utilizássemos “os financiamentos estrangeiros para explorar nossas riquezas naturais e expandir nossa produção”, dentro de normas que abarquem os interesses nacionais, é que construiríamos “a grandeza da pátria, auxiliando o seu efetivo progresso e assegurando melhores condições de vida para o nosso povo” (Lima, 1958c, p. 19-20).

A ausência de um *Código de Investimentos* fez com medidas como a Instrução 113 da SUMOC, de 1955, fossem impostas desnacionalizando o processo de evolução industrial do país. Em

Instrução 113 da SUMOC e “Royalties” definiu essa instrução¹⁹ como uma medida que buscou “simplificar a regulamentação sobre o licenciamento de importações que independem de cobertura cambial, como as vantagens da criação de um clima favorável para os investimentos de capitais estrangeiros” (Lima, 1958a, p. 8). Isso permitiu o livre movimento de capitais e rendimentos auferidos no país, tornou ilimitada a entrada de novos empreendimentos em certos setores, adotou uma política liberal no que tange à aplicação de capitais estrangeiros e discriminou a indústria nacional. Além disso, a indústria nacional que desejasse importar novas fábricas ou equipamentos completos tinha uma taxa cambial preferencial que estava condicionada a disponibilidades cambiais cada vez mais escassas, tornando-se impossível promover a renovação de seu maquinário. Tornou-se fundamental conseguir, mediante participação eletiva dos órgãos competentes, a melhor seleção dos financiamentos estrangeiros. O repúdio da indústria nacional à Instrução 113 da SUMOC foi aumentando devido à situação de superioridade do capital estrangeiro em relação ao capital nacional que a mesma ocasionou.

Segundo Ferreira Lima, era necessário canalizar investimentos estrangeiros – e não conceder facilidades cambiais a esse tipo de investimento – e regulamentação na tentativa de evitar fraudes. As consequências da entrada ilimitada e indiscriminada de investimentos e equipamentos estrangeiros na indústria brasileira provocou a desnacionalização da mesma, já que relevantes remessas em forma de lucros, juros, dividendos e *royalties* eram direcionados ao exterior tendo um resultado impactante no balanço de pagamentos como já mencionado nessa seção. Mesmo com todos esses fatores negativos, a Instrução 113, ainda em 1958, permaneceu intacta, comprovando que existiam interesses mais fortes que a indústria nacional (Lima, 1958a, p. 8-21).

Debatendo sobre o capital estrangeiro, os artigos de 1955, 1956 e 1958, dialogaram diretamente com o governo de Kubitschek. Esse governo teve como desafio encontrar uma nova forma de obtenção de recursos para efetivação do Plano de Metas. Entre 1951 e 1958 ocorreu uma contínua redução das exportações brasileiras de café até chegar a estagnação no triênio de 1958-1960. A escassez de divisas ocasionada por essa redução de exportações poderia ter comprometido a acumulação de capital e a industrialização no decorrer dos anos 50, não fosse o capital estrangeiro (Malan, 1955, p. 79).

No final de 1956, o Brasil ocupava o terceiro lugar como o maior receptor de capital de risco, também conhecido como investimentos diretos, norte-americano na indústria manufatureira. Essa posição não permaneceu por muito tempo, já que entre 1957-1964, o estoque de capital estadunidense na Europa quadruplicou. Esse movimento foi impulsionado pela criação da *Comunidade Econômica Europeia*, em 1957, que possibilitou o “sucesso do período Juscelino Kubitschek” com a alteração internacional do investimento direto acelerada (Malan, 1995, p. 83). Assim, esse período marcou a consolidação da hegemonia norte-americana sobre a Europa e o Japão, dando a possibilidade de reformular suas relações com os povos coloniais a fim de “encontrar novas fronteiras de expansão” (Ianni, 1971, p. 143).

(19) A primeira parte da Instrução 113, referente às empresas estrangeiras, facultava à Carteira de comércio exterior a emissão de licenças de importação sem cobertura cambial para conjunto de equipamentos ou equipamentos que complementem ou aperfeiçoem conjuntos já existentes, desde que se averiguasse que não haveria pagamento em divisas dessas importações. A segunda parte, referente às empresas brasileiras, concedia direitos de importação, mas dependendo da disponibilidade de divisas.

A política de atração de capitais estrangeiros de Juscelino soube aproveitar as condições internacionais

O investimento direto e os financiamentos de fornecedores para a importação de máquinas e equipamentos destinados a impulsionar a industrialização brasileira na segunda metade dos 50 podem e devem ser vistas como, em boa parte, associados à competição entre indústrias europeias e norte-americanas por posições de mercado (Malan, 1995, p. 83).

Além do cenário internacional, a economia chegou a um ponto de seu desenvolvimento em que a industrialização deixou de ser induzida pelo estrangulamento externo. Ou seja, “as exigências estabelecidas pelas relações de interdependência e complementariedades” passaram a ser “inerentes à estrutura econômica”. No período que Kubitschek assumiu a presidência, a opinião pública estava preparada para a prática da planificação associada ao desenvolvimento econômico. A opinião pública admitia que a “planificação experimentada por países socialistas era apenas uma das possibilidades de aplicação da técnica”, ademais, havia sido aplicada em países capitalistas industrializados para “organizar economias de guerra” e “acelerar a reconstrução econômica no pós-guerra”, isto é, consistia numa “técnica neutra”. Segundo Ianni, o que distinguiu o Governo Vargas (1951-1954) e o Governo Juscelino (1956-1960) foi que o primeiro executou uma “política destinada a criar um sistema capitalista nacional” enquanto o segundo fez “uma política orientada para o desenvolvimento econômico dependente” (Ianni, 1971, p. 146-150). Assim, os argumentos defendidos por Ferreira Lima se mostraram contrários à política executada por Juscelino que só fez reafirmar nossa dependência.

O governo deste último intensificou as relações de interdependência e complementariedade no nível das forças produtivas (tecnologia, capital, força de trabalho). Segundo Malan, “dos 565 milhões de dólares de capital de risco (investimento direto) que ingressaram no Brasil entre 1955 e 1960, cerca de 401 milhões ingressaram nos termos da Instrução n. 113 da SUMOC de janeiro de 1955”.

Ferreira Lima, ao escrever seus artigos diante desse cenário, reconheceu a importância dos movimentos de capitais para o processo de evolução industrial nacional e a importância dos empréstimos e investimento estrangeiros se voltarem aos interesses do Brasil e não aos externos. O que demonstrou em seus artigos foi que desde os primeiros empréstimos do Brasil pós-independência esse movimento esteve ligado à satisfação de interesses estrangeiros que resultaram uma maior saída que entrada de capitais, bem como a desnacionalização da indústria. Segundo Ferreira Lima, para auxiliar o processo industrial nacional e melhorar a condição de vida da população, dever-se-ia orientar esses capitais estrangeiros aos nossos interesses na tentativa de alcançar o desenvolvimento do país. Essa ideia da necessidade da criação de uma autonomia em relação ao capital estrangeiro foi compartilhada pelos membros colaboradores da *Revista* e tomou força ainda maior nos artigos de Caio Prado Júnior.

Para Prado Júnior, o trabalho e produção brasileiros pagavam as inversões que aqui se aplicavam e “daquilo que mandamos para fora, recebemos de retorno apenas uma parte” (Prado Júnior, 1957, p. 20). Enquanto as decisões dos detentores de capitais “forem estranhos ao País, estranhos a ele serão também os interesses que o conduzem” (Prado Júnior, 1958, p. 39). A necessidade era a conscientização de que os auxílios exteriores fossem na medida exata, tornando necessária a criação de um projeto que fiscalizasse e disciplinasse as remessas de lucros na tentativa

de impedir que a economia brasileira continuasse “dessangrada pela abundância e magnitude dos recursos que aquelas empresas estrangeiras subtraem às finanças do País” (Prado Júnior, 1962, p. 1). Esse projeto “com a sua transformação em lei se terá proclamado a independência econômica do Brasil, precisamente cento e quarenta anos depois da independência política” (Prado Júnior, 1962, p. 9).

2.3 O sistema de transportes

O sistema de transportes, em uma economia em pleno processo de industrialização, assume papel primordial. Heitor Ferreira Lima debateu em seus artigos dois sistemas de transportes importantes: a marinha mercante e as ferrovias. Isso porque esses meios de locomoção eram fundamentais para a produção, já que transportavam insumos, como carvão e minérios, para a distribuição de toda essa produção.

Em *Marinha mercante e construção naval* abordou o atraso de um dos setores mais importante para o país: o setor marítimo. O panorama sobre a nossa frota mercante, realizado em 1961 pelo autor, foi desolador quando comparada a uma nação com uma costa marítima medindo mais de 8000 quilômetros e rios de navegabilidade extensos como Amazonas, São Francisco e Paraná. Na tonelagem de embarcações que entravam nos portos brasileiros, apenas 8% eram de participação brasileira. Isso gerava um gasto de 200 milhões de dólares com transportes marítimos de outras bandeiras. Apenas cerca de um terço das cargas movimentadas no país eram feitas via marítima ou fluvial, gerando prejuízo, visto que o transporte aquático é consideravelmente mais barato (Lima, 1961b, p. 10-17).

Ferreira Lima objetivou com esse debate discutir o que o governo vinha fazendo para recuperarmos “nosso prestígio naval de cem anos atrás e acabar com esse enorme retardo que caracterizava o sistema marítimo de transportes (Lima, 1961b, p. 20). Assim, citou a criação do primeiro Grupo Executivo da indústria de Construção Naval (GEICON)²⁰ e o incentivo para aplicação de capitais nesse setor. Abordou, também, as metas relacionadas ao transporte marítimo presentes no Plano de metas de Juscelino: a meta nº 10 (Serviços Portuários e Dragagem), que visava a realização de obras portuárias, reaparelhamento, dragagem, equipamento de dragagem; e a meta nº 11 (Marinha Mercante), que objetivava a expansão da frota especializada para o transporte de minério e carvão, de navios para transporte de cargas secas, navios petroleiros, navios de transporte de carga na/cabotagem, expansão da frota nacional lacustre e fluvial (Lima, 1961b, p. 18-20).

Problemas também foram encontrados nas ferrovias do país. Em *Ferrovias do Brasil*, Ferreira Lima conscientizou o leitor de que boa parte das estradas de ferro fora construída para atender os ciclos de produção, sem que sequer uma dessas unidades tenha sido constituída para os interesses do país. Foi um setor que contou com uma concorrência desleal em relação às rodovias, aos comboios curtos e não padronizados e ao transporte de pequenas distâncias – com estradas de menos de 200 quilômetros. Isso exigiu várias medidas, como o reequipamento e renovação do material rodante; a ampliação das linhas; a eliminação das deficitárias; e a necessidade de aprovação de um *Plano*

(20) Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foram criados grupos executivos que tinha como intuito a elaboração e coordenação de programas setoriais definidos pela política econômica da época (ABDIB, 1976).

Nacional de Viação imediato em 1961, buscando desenvolver os diferentes sistemas nacionais de transporte (Lima, 1961d, p. 47-61).

Essa discussão abordada por Ferreira Lima, referente aos problemas de transportes, mostra que o autor, já em 1961, a encarou como um balanço dos resultados efetivos da política de metas de Juscelino Kubitschek, voltadas, quando se pensa no setor de transporte, principalmente para o setor de transporte rodoviário. Isso porque, ao propor “uma série de programas setoriais de investimentos, destinados a orientar a execução de obras e expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis” ao país, o programa esperava atingir seus objetivos até o final do mandato de Juscelino em dezembro de 1960 (Presidência da República, 1958, p. 13).

2.4 O sistema bancário

Outro ponto fundamental para o sucesso do processo de industrialização diz respeito ao financiamento e ao crédito, já que ambos tiveram grande peso para que a indústria se desenvolvesse no país. Sabendo disso, Ferreira Lima publicou artigos referentes ao sistema bancário nacional. Em *Panorama bancário nacional*, admitiu que, ainda em 1960, havia a necessidade de uma reforma bancária, pois o crédito no Brasil consistia num “conglomerado de estabelecimentos de crédito com funções superpostas, duplas e por vezes até antagônicas” e, mesmo tendo um papel importante para a consolidação da indústria, ainda naquele período era necessária uma reforma bancária que considerasse os interesses coletivos e que levasse “a cabo uma obra de verdadeiro patriotismo” (Lima, 1960a, p. 24). O sistema bancário constituiu-se sob uma economia monocultora de exportação e não se adaptou a nova estrutura que se formou, praticando, assim, duas políticas opostas: “enquanto os bancos nacionais praticam uma poupança forçada, não distribuindo lucros e incorporando-os às reservas, para depois transferi-las ao capital, os bancos estrangeiros drenam seus lucros para o exterior, mantendo baixo nível de seus capitais” (Lima, 1960a, p. 21-22).

Ferreira Lima escreveu, ainda, outros dois artigos referentes a estrutura bancária: *O primeiro Banco do Brasil* e *Notas sobre a estrutura bancária brasileira*. Em *O primeiro Banco do Brasil*, dissertou sobre uma das medidas mais importantes tomadas pelo príncipe regente D. João VI, a criação do Banco do Brasil em 12 de outubro de 1808. Com isso, deu-se início à lenta venda de ações, tornando essa subscrição um ruinoso ônus público. Devido à lentidão das vendas de ações e a retração de capitais, o Banco do Brasil só começou a funcionar em dezembro de 1809. A primeira crise ocorreu em 1817, como resultado dos boatos que se espalharam sobre a insolvabilidade do banco, e, em 1918, a corrida foi ainda maior. A função do Banco do Brasil foi fornecer numerários para as despesas da corte e da administração, transformando-se as emissões, nas palavras do autor, em “festa”. O cenário do início do século XIX foi de desordem financeira, quantidades enormes de moeda em circulação, produção de ouro em declínio e comércio exterior desfavorável. A fim de acalmar a população, o rei declarou nacionais as dívidas do banco. Prevendo a bancarrota que estava por vir, D. João VI e sua corte fizeram um assalto ao banco e levaram todo o ouro e prata que havia, além dos demais bens, abandonando o estabelecimento que foi à falência. A herança deixada foi uma inflação desenfreada provocada pelas grandes quantidades de emissões para cobrir os gastos da corte, sobrevivendo por mais alguns anos até sua completa liquidação, em 1829, através da lei que o extinguiu e passou para o governo a responsabilidade das emissões. O Banco do Brasil causou grandes males ao século XIX; porém, sua extinção gerou a necessidade de um estabelecimento de crédito (Lima, 1956d, p. 123-154).

Essa necessidade de um banco central ainda persistia na década de 1950, admitindo o autor, em *Notas sobre a estrutura bancária brasileira*, que sua inexistência ocasionou transtornos não só bancários, mas à política monetária e a operações de financiamento. Inexistia ainda, naquele período, uma estrutura bancária consolidada. O papel dos bancos assumia cada vez mais uma importância maior, pois se acreditava que, posteriormente, deixariam de ser órgãos meramente financeiros e especulativos para se ligarem ao processo de produção “controlando e dirigindo empresas industriais, agrícolas e comerciais”. Heitor Ferreira Lima acreditava que, com a evolução e criação de bancos, poderíamos nos tornar mais autossuficientes economicamente (Lima, 1956e, p. 141-142).

Essa discussão, feita em 1956 – e que dialogava com os acontecimentos posteriores ao governo de Juscelino, entre 1952 e 1954 –, impulsionou o sistema bancário com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), do Banco Nacional de Desenvolvimento econômico (BNDE) e da Carteira de Comércio Exterior (CACEX). Além disso, em 1956, na tentativa de atrair capitais públicos (norte-americanos) para o desenvolvimento brasileiro e chamar a atenção estadunidense para os problemas da América Latina, Juscelino propôs a Operação Pan-americana²¹ (Malan, 1995, p. 89). Assim, percebemos que esse era um debate recorrente do governo, que pouco ou muito, esforçava-se para criar tentativas para a evolução do sistema bancário, que, com o desenvolvimento das atividades produtivas, passou a assumir um papel ainda mais influente no sistema econômico, principalmente no que se refere à industrialização.

2.5 A questão social

Heitor Ferreira Lima provou que, mesmo considerando as classes dominantes e órgãos governamentais implementadores do progresso, teve um olhar atento para o interesse da população (Rocha, 1990, p. 22). Talvez, o enfoque do autor em relação ao proletariado não tenha sido tão enfático e, por isso, pecou por se conter demais e deixar de lado, esporadicamente, as classes mais oprimidas.

Na *Revista Brasiliense*, esse tema foi debatido pela primeira vez em *O aspecto financeiro da previdência social*, no qual mostrou sua preocupação com as classes mais pobres abordando os problemas da arrecadação na Previdência Social resultantes da falta de contribuição do governo e do patronato. O pagamento da grande dívida geraria um patrimônio volumoso capaz de “ajudar não somente a desafogar as dificuldades, como também a melhorar os serviços prestados aos beneficiários, sem qualquer outro ônus para a organização ou seus contribuintes” (Lima, 1960b, p. 151). Heitor Ferreira Lima abordou a questão da Previdência e a resolução de seus problemas devido o papel relevante que ambos possuíam proporcionando aos trabalhadores e suas famílias benefícios que seus salários limitados não proporcionam. O debate sobre classes sociais também apareceu em *Fatores materiais e ideológicos da proclamação da República* (Lima, 1962b), no qual ressaltou que a conspiração militar para a derrubada da Monarquia foi “relativamente fácil” e não contou com a participação das massas. Isso foi possível graças à propaganda republicana ter tomado todas as classes e camadas sociais mais representativas, como membros da elite intelectual, jovens

(21) O único resultado imediato dessa proposta foi a sanção para a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento como forma de articular capitais públicos norte-americanos para a superação do subdesenvolvimento regional (Malan, 1995, p. 89).

oficiais do Exército e fazendeiros de café, evidenciando o caráter da classe que fez nascer a República (Lima 1962b, p. 168-179).

Já o artigo *Euclides da Cunha e Castro Alves*, mostrou a admiração que Heitor Ferreira Lima tinha pelos escritores, representando “duas atitudes que a história guarda”. Castro Alves recitou dentro da conservadora Faculdade de Direito de Recife o poema *O Século*, um desafio à sociedade escravocrata. Voltou seus poemas a temas como atrocidades e injustiças sociais, apegando-se aos ideais progressistas que clamavam por democracia e igualdade de representação das classes sociais. Defendeu o fim da escravidão, a necessidade de expansão do mercado interno e acusou as regalias e privilégios do Império. Euclides da Cunha, por sua vez, em um gesto de rebeldia diante da Escola Militar, onde todos os soldados encontravam-se em posição de sentido – eles estavam em um ato solene para a revista do *Ministro da Guerra da Monarquia* –, avançou rompendo a disciplina, revoltou-se, tentou quebrar a espada e atirou-a aos pés do Ministro. Euclides descreveu acontecimentos, revoluções sociais e desastres se mostrando “extraordinário conhecedor de nossa história, de nossa geografia, de nossa botânica e das ciências em geral, de Darwin a Marx, passando por Kant e Maudsley” (Lima, 1959, p. 118).

Ferreira Lima concluiu que Euclides da Cunha não falou de nossa história com suficiente clareza como a tratou Castro Alves. Todavia, foram dois nomes consagrados que tiveram os mesmos ideais – embora em épocas diferentes. Afirmou que se tratava de “dois gênios nacionais, de duas figuras representativas de nossa raça, como homens dedicados ao engrandecimento da pátria e ao crescente bem-estar do povo” merecendo a permanente reprodução de ambos no presente e no futuro (Lima, 1959, p. 121). Compreende-se, assim, que essa questão das classes sociais, comparada ao tema da industrialização, sempre foi tratada de maneira secundária e sem muito aprofundamento. Talvez disso derivem a maioria das críticas referentes ao autor que muitas vezes é acusado de privilegiar a questão da técnica de produção e de deixar de lado “o problema das relações sociais e dos processos de trabalho” (Roio, 2014, p. 31).

2.6 A questão regional

Mesmo não tratando diretamente sobre as relações de produção e as classes menos favorecidas, a preocupação de Heitor Ferreira Lima com a população como um todo aconteceu. Isso pode ser evidenciado com os dois artigos que dedicou à região mais pobre do país durante o tempo em que escreveu para a *Brasiliense*: o Nordeste. Em 1958, escreveu *Problemas do Nordeste*, elucidando que essa região é a mais subdesenvolvida do país e, concomitantemente, a com maior número de recursos e potencial humano. Com isso, ela poderia se transformar em um mercado para produtos manufaturados e grande fonte de matéria-prima. Porém, o atraso que tomou a região – desde sempre – impediu seu desenvolvimento (Lima, 1958b, p. 13-34). Talvez, esses projetos de governo não captassem as causas desses problemas que eram as raízes históricas.

O problema fundamental do Nordeste era agrário, responsável pela baixa renda, concentração latifundiária, desinteresse dos grandes proprietários de terra em qualquer aquisição maquinária para a produção – possuíam mão-de-obra barata e abundante, baixa produtividade, economia para sobrevivência, dentre outros fatores. Resolvido o problema agrário, quase que automaticamente se resolveria o problema da seca e acabaria com os “vestígios do feudalismo”. Outros problemas evidentes na região eram: a emigração devido a seca, as más condições de trabalho e as dificuldades

de sobrevivência. Embora o clima sempre tenha sido apontado como o maior vilão, foram “as condições reinantes no campo, decorrentes do sistema agrário atrasado de produção, o responsável pelo êxodo das populações nordestinas” (Lima, 1958b, p. 21-26).

Havia a necessidade de valorização da região, transformação do povo em produtores de maiores rendimentos, ampliação do mercado e das riquezas naturais em proveito coletivo. Verbas existiam. Porém, destinaram-se para “satisfazer interesses de políticos, coronéis, fazendeiros, administrações locais”. Dessa forma, o Nordeste era uma região rica e “quando conveniente e racionalmente irrigados a produção é abundante e fácil”, além do que, possuía um futuro extraordinário na mineração e no campo industrial (Lima, 1958b, p. 30-31).

Ao chamar a atenção para os problemas dessa região, Ferreira Lima buscou pedir ação, pois não eram “mais planos e estudos” que nos faltavam, mas “realizações, trabalho concreto e prático” (Lima, 1958b, p. 15). Isso pode ser interpretado como uma crítica ao que vinha sendo feito pelo Nordeste por parte do governo. Destacaram-se o Congresso de Salvação do Nordeste²² e a Conferência dos Bispos do Nordeste²³.

O Congresso de Salvação do Nordeste aconteceu em 1955, numa tentativa do governo Vargas de criar “uma política nacional de correção dos vários desequilíbrios regionais que se acentuaram com a industrialização do país”. Teve como objetivo “definir uma ampla política nacional cobrindo setores como energia elétrica, a agricultura e a posse de terra, o combate às secas, saúde, minérios, educação, cultura e transportes”. Contou com resoluções que regulavam a terra, combatiam o latifúndio improdutivo, a seca, estímulo à industrialização, agricultura e comércio que favorecessem a região, dentre outros (Ianni, 1971, p. 161).

Já a Conferência dos Bispos do Nordeste inaugurou “a ofensiva da Igreja rumo a uma efetiva penetração no campo”. A Igreja se comprometeu “com um plano gradual de soerguimento da região que contará com a mais aberta simpatia e cooperação oficial” de ministros, auxiliares do governo e do próprio presidente (Camargo, 1996, p. 163).

O governo continuou a idealização de projetos para a região e, em 1959, aprovou a Operação Nordeste (OPENO), como sua 31ª meta, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)²⁴. Dessa vez, Ferreira Lima, em *Soluções para os problemas do Nordeste*, de 1961, teceu elogios às novas iniciativas do governo.

Ao propor a discussão de soluções e aplicações práticas para o Nordeste, afirmou que no início dos anos 1960 uma nova era se abria para o Nordeste visando mudar o quadro da economia estagnada, seu retardo e sua efetivação em relação às demais regiões. Estava, o autor, se referindo à SUDENE, órgão que, segundo ele, visou a “dinamização econômica daquela região, a fim de mudar-lhe a estrutura, eliminando por esse meio os males sociais que a atingem” (Lima, 1961b, p. 9).

(22) Realizada em Recife, em agosto de 1955. “Nas resoluções do Congresso, enfatiza-se a necessidade de um planejamento global que regule o uso da terra, combata o latifúndio improdutivo e as secas, ao mesmo tempo que estimule a implantação industrial, o aproveitamento hidrelétrico, a agricultura e um comércio internacional que fortaleça a região” (Camargo, 1994, p. 161).

(23) Realizada em Campina Grande, em maio de 1956.

(24) “[...]uma estratégia global de racionalização da produção agrícola (combinada à implantação industrial e à expansão das fronteiras agrícolas”, o objetivo é confinar a resolução dos conflitos sociais à Zona da Mata, onde se pretende ao mesmo tempo estimular a elevação da produtividade e liberar parte das terras para o cultivo familiar de alimentos” (Ianni, 1971, p. 169).

Porém, encontrou resistências por parte de classes sociais e governadores nordestinos que se interessam em não mudar a situação dessa região que beirava a escravidão. Os problemas desse local começaram a partir daquele período, a ser tratados com base nas suas verdadeiras causas e efeitos, como antes: com medidas que atacaram as raízes e proporcionam maiores rendimentos dos investimentos. As medidas tomadas possuíam bases científicas, rejeitando o caráter empirista e improvisado, dando fim do “paternalismo” existente e visando a solucionar os problemas em longo prazo. A SUDENE se baseou na “experiência vitoriosa de regiões com problemas mais ou menos semelhantes em outras partes do mundo” assegurando, assim, “o triunfo e conquista a simpatia de todos os estudiosos dos assuntos econômicos e sociais do Brasil, que aspiram por melhores dias para o futuro” (Lima, 1961b, p. 22). Deste modo, Ferreira Lima demonstrou o caráter humano de sua obra, sua preocupação com a ascensão de todas as regiões do país de forma igualitária e a importância das classes menos favorecidas para enfrentarmos os problemas do país.

Provavelmente, o autor não esperava que o fato de não ter se aprofundado na discussão sobre as relações de produção e as classes oprimidas fosse se transformar em argumentos negativos em relação a sua obra. Talvez, para Ferreira Lima, bastaram as referências feitas à necessidade de elevação do nível de vida das pessoas para o progresso efetivo do país. Cabe a nós, neste artigo, não entrar nessa questão, já que esse não é nosso objetivo. Porém, vale elucidar que isso contribuiu para que o autor fosse considerado um intérprete renegado²⁵ em relação aos outros nomes da mesma época que fizeram história e se destacam até os dias de hoje quando o tema é a formação econômica do país e os problemas do nosso atraso.

Conclusão

O que se conclui, diante da apresentação de todos esses temas, é que giram em torno de uma questão crucial para Heitor Ferreira Lima: a industrialização. Ao debater o capital estrangeiro, o sistema de transportes e o sistema bancário, o autor buscou evidenciar quais as deficiências de cada setor e possíveis pontos para seus avanços. Isso porque, ambos eram fatores fundamentais para que o processo de industrialização obtivesse sucesso e bons frutos. Somente através de um sistema de crédito autossuficiente, de um sistema de transporte estruturado para movimentação de insumos – e produção – e do capital estrangeiro voltado aos interesses do nosso país, poderíamos alcançar uma indústria com base nacional pautada no desenvolvimento de um mercado interno. Nosso processo de industrialização precisava se tornar independente das amarras estrangeiras e de todos os interesses do imperialismo. Além disso, para que o progresso fosse alcançado, a industrialização teria de abranger todo o país, sem excluir regiões como o Nordeste, dotada de recursos e de um amplo potencial humano. A industrialização precisava ser um interesse comum entre todas as classes, incluindo a classe agrária dominante no sertão nordestino que preconizava a manutenção de um trabalho escravo repleto de exploração.

(25) Argumento de Marco Del Roio em *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados* de 2014.

A sociedade prezava por um país justo – no qual as classes oprimidas recebessem atenção e políticas de apoio do governo. Para o autor, somente a industrialização de caráter nacional²⁶, sem subordinação aos interesses do capital estrangeiro melhoraria as condições de vida da população e possibilitaria o progresso. Essa atenção à industrialização nos escritos de Ferreira Lima para *Revista Brasiliense* nos faz levantar um outro ponto característico do autor: a discussão da origem quando aborda a história. Porém, não é qualquer origem, mas a ligada às forças produtivas e ao seu desenvolvimento no decorrer do tempo. Dessa forma, constatou-se que o motor da história, para Heitor Ferreira Lima, é a indústria, que nada mais é do que a técnica, a forma produtiva fundamental, movimentando a história.

Posta essas características fundamentais, concluiu-se que esses trabalhos para a *Revista Brasiliense* buscaram analisar e apresentar um panorama histórico da formação econômica do país, para, dessa maneira, fornecerem mecanismos para interpretarmos o passado na tentativa de não repetirmos os mesmos erros no presente e no futuro. É necessário destacar, como já foi visto, que o autor partia sempre de uma questão do presente; e não somente abordando a reconstituição da história. Ferreira Lima foi além ao abordar também a origem de cada tema: a origem dos bancos, a origem dos empréstimos estrangeiros, a origem da industrialização, a origem dos transportes, e assim por diante. Assim, as articulações desses temas expressam a visão de história do autor pautada na busca de seu sentido, sempre voltando suas discussões para as origens.

Referências bibliográficas

ABDIB Informa. São Paulo: Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base, n. 134, abr. 1976.

CHAVES NETO, Elias. *Minha vida e as lutas de meu tempo: memórias*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.

GIOVANNETTI NETTO, Evaristo. *Uma trincheira de ideias: a Revista Brasiliense (1955-1964) – A urdidura de um pensamento político de esquerda*. 1998. Tese (Doutorado em História)–Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

GRUPO FUNDADOR. Manifesto de Fundação. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 1, set./out. 1955.

GRUPO REVISTA BRASILIENSE. Reunião da Revista Brasiliense. *Revista Brasiliense*, n. 33, 1961.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1971.

LIMA, Heitor Ferreira. *Evolução industrial de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora S. A., 1954.

(26) Vale salientar que Ferreira Lima admitiu a importância dos capitais e investimentos estrangeiros no processo de industrialização do país. Porém, o mesmo só seria bem-vindo quando direcionado aos interesses da nação.

LIMA, Heitor Ferreira. Capitais nacionais e investimentos estrangeiros. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 1, p. 129-149, set./out. 1955a.

LIMA, Heitor Ferreira. Os primeiros empréstimos externos. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 2, p.108-131,nov./dez. 1955b.

LIMA, Heitor Ferreira. Balanço da industrialização brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 3, p. 115-131. jan./fev. 1956a.

LIMA, Heitor Ferreira. Capitais europeus no Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 4, p. 45-64. mar./abr. 1956b.

LIMA, Heitor Ferreira. Fatores positivos e negativos da evolução da economia brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 5, p. 62-84, maio/jun. 1956c.

LIMA, Heitor Ferreira. O primeiro banco do Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 7, p. 123-154, set./out. 1956d.

LIMA, Heitor Ferreira. Notas sobre a estrutura bancária brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 8, p. 141-142, nov./dez. 1956e.

LIMA, Heitor Ferreira. *O comércio brasileiro no tempo de D. João VI*. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 10, p. 175-198, mar./abr. 1957a.

LIMA, Heitor Ferreira. Produção e necessidade de matérias-primas. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 11, p. 52-69, maio/jun. 1957b.

LIMA, Heitor Ferreira. Indústria automobilística no Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 13, p. 56-77, set./out. 1957c.

LIMA, Heitor Ferreira. Primórdios da siderurgia no Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 14, p. 9-29, nov./dez. 1957d.

LIMA, Heitor Ferreira. Instrução 113 e “Royalties”. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 16, p. 8-21, mar./abr. 1958.

LIMA, Heitor Ferreira. Problemas do Nordeste. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 17, p. 13-34, maio/jun. 1958a.

LIMA, Heitor Ferreira. Capitais estrangeiros e interesse nacional. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 19, p. 9-20, set./out. 1958a.

LIMA, Heitor Ferreira. Euclides da Cunha e Castro Alves. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 24, p. 11-121, jul./ago. 1959.

LIMA, Heitor Ferreira. Panorama bancário nacional. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 28, p. 11-24, mar./abr. 1960a.

LIMA, Heitor Ferreira. O aspecto financeiro da previdência social. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 30, p. 148-154, jul./ago. 1960b.

- LIMA, Heitor Ferreira. Um quinquênio de expansão industrial. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 31, p. 4-24, set./out. 1960c.
- LIMA, Heitor Ferreira. Amparo à pequena e média indústria. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 32, p. 19-33, nov./dez. 1960d.
- LIMA, Heitor Ferreira. Ferrovias no Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 37, p. 47-61, set./out. 1961d.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Formação industrial do Brasil: período colonial*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961a.
- LIMA, Heitor Ferreira. Marinha mercante e construção naval. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 33, p. 10-24, jan./fev. 1961b.
- LIMA, Heitor Ferreira. Soluções para os problemas do Nordeste. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 34, p. 8-22, maio/abr. 1961c.
- LIMA, Heitor Ferreira. Manufaturas e atividades artesanais no tempo de D. João VI. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 41, p. 83-90, maio/jun. 1962a.
- LIMA, Heitor Ferreira. *Fatores materiais e ideológicos da Proclamação da República*. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 43, p. 168-179, set./out. 1962b.
- LIMONGI, Fernando Papaterra. *Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense*, 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/Revista_Brasiliensecs_00_05/Revista_Brasiliensecs05_02.htm. Acesso em: 19 mar. 2018.
- MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas e internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, v. 4.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Capitais estrangeiros. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 11, p. 14-24, maio/jun. 1957.
- PRADO JÚNIOR, Caio. Capitais estrangeiros e capitais nacionais. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 18, p. 33-42, jul./ago. 1958.
- PRADO JÚNIOR, Caio. As eleições de 3 de outubro. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 32, p. 1-18, nov./dez. 1960.
- PRADO JÚNIOR, Caio. A remessa de lucros e a libertação econômica do Brasil. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 39, p. 1-9, jan./fev. 1962.
- PRADO JÚNIOR, Caio. O Projeto de Lei de remessa de lucros. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 41, p. 1-11, maio/jun. 1962.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *O Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1958, p. 13.

ROIO, Marcos Del. Heitor Ferreira Lima. In: PERICAS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ROCHA, Antônio Penalves. Heitor Ferreira Lima: militante e historiador. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; ROIO, Marcos Del. *Combates na história: a trajetória de Heitor Ferreira Lima*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: FAPESP, 1990.